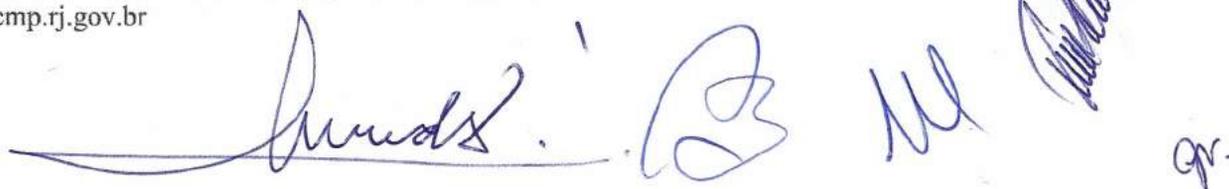




ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE “OS IMPACTOS E REFLEXOS DA DUPLA FUNÇÃO NO TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL”

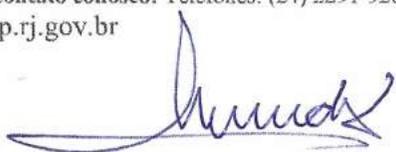
Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, com início às dezenove horas, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, foi realizada Audiência Pública com o tema **“Os Impactos e Reflexos da Dupla Função no Transporte Público Municipal”**, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Vereador Maurinho Branco. O Edital de realização desta Audiência Pública foi publicada em jornal de grande circulação - EDITAL DIV. Nº 035.2018, do dia 29 de novembro de 2018 - nos dias trinta de novembro e sete de dezembro de dois mil e dezoito. O Senhor Vereador **Maurinho Branco** declarou aberta a presente audiência com os seguintes dizeres: "Boa noite, audiência pública “Os Impactos e Reflexos da Dupla Função no Transporte Público Municipal”. Senhoras e Senhores, a Câmara Municipal vem somar-se hoje à sociedade petropolitana nessa Audiência Pública, com a finalidade de debater em torno de temas que afetam o dia a dia de nossa cidade, como a dupla função dos motoristas no transporte público, os impactos e reflexos". Em seguida, realizou-se a composição da Mesa, destacando, inicialmente, a presença do Vereador Leandro Azevedo, Vereador Marcelo da Silveira e Vereador Antonio Brito. Para compor a Mesa chamou o Presidente da CPTRANS Jairo da Cunha; a gerente de planejamento estratégico da SETRANSPETRO Carla Riveti; o Senhor Edison de Oliveira presidente do sindicato dos rodoviários; o Senhor Alexandre Eduardo de Lima Chefe da Divisão de Transporte Público da CPTRANS; e, representando a CPTRANS, o Senhor Ubirajara que será o Secretário, que irá comandar as perguntas a serem feitas pelo COMUTRAN. Após a composição da Mesa, ressaltou: "Com muita satisfação que venho conduzir os trabalhos desse novo encontro. Comunico aos senhores que essa audiência está sendo transmitida pela TV Câmara e registrada através de ata que, posteriormente, será

publicada na página eletrônica do legislativo municipal". Designou a servidora Gabriela Vieira para a função de Secretária da presente audiência. Destacou a presença do Vereador Fred Procópio. Convidou, também, para compor a Mesa a Dr^a. Maria Angélica Gonçalves, advogada e secretária geral da OAB – Petrópolis. Ainda em suas palavras, o Senhor Vereador **Maurinho Branco** discursou: "Inicialmente, vale lembrar, que esta não é a primeira vez que tratamos deste tema, de enorme importância nesta Casa Legislativa. Considerando a magnitude da matéria, enquanto Vereador e presidente da Comissão de Transporte, me deparei com a necessidade de abrir o assunto da Dupla Função no Transporte Público no Município de Petrópolis para discussão, no sentido salutar da palavra, entre todas as partes envolvidas. Todos os impactos e reflexos da vedação ou não, da Dupla Função precisam ser analisados. Por isso, a relevância do diálogo. A atividade Legislativa não se resume a uma ciência exata. Dessa forma, buscamos aqui atender os anseios dos cidadãos, assim, afinal, somos representantes destes, bem como nos pautar da segurança jurídica para que possamos legislar conscientes. A intenção hoje é sermos ouvinte, a fim de que façamos um juízo de valor a partir de todos os dados que serão apresentados. Buscando equilíbrio entre empregabilidade e a segurança dos rodoviários, as condições trabalhistas fornecidas aos rodoviários, bem como as orientações passadas pelas empresas de ônibus e a segurança dos usuários, juntamente com impacto tarifário, destacando medidas que evitem a majoração da tarifa e conseqüentemente a penalização da população usuária do transporte coletivo. Conforme regulamenta a Resolução nº 88 (oitenta e oito) de 2016 (dois mil e dezesseis), após exposição dos trabalhos, os participantes terão 10 (dez) minutos para formular perguntas, pedidos de esclarecimentos e fornecimento de informação. Gostaria também de destacar a presença do Vereador Justino RX e do Vereador Silmar Fortes. Vereador Justino que faz parte comigo da Comissão de Transporte dessa Casa. As questões formuladas serão lidas e respondidas oralmente ao público pela equipe técnica, que terá dois minutos para responder. Poderá ser permitida uma réplica oral de dois minutos após a resposta, desde que autorizada". Passou a palavra para Mesa, solicitou que o Vereador Leandro Azevedo, tendo sido o primeiro inscrito, iniciasse sua fala. O Vereador **Professor Leandro Azevedo** saudou a todos os Vereadores presentes, aos representantes na Mesa, aos amigos rodoviários e familiares, bem como visitantes interessados no assunto. Disse que após a greve dos rodoviários de

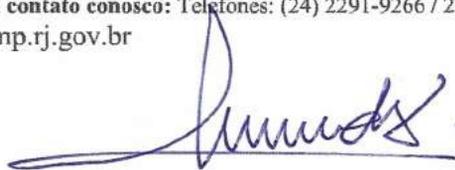


Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, a signature on the right, and a signature in the bottom right corner.

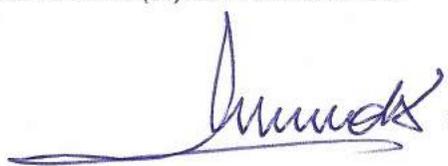
2017 ele e o Vereador Marcelo começaram a identificar diversas problemáticas no transporte da nossa cidade, sendo uma delas a aquisição de alguns micros. Afirmou que, além da segurança, que é o foco principal do projeto, dos seus usuários e dos nossos rodoviários, tem a questão da empregabilidade, pois a aquisição de outros micros implicou na falta de contratação de mais amigos que trabalhavam nessas empresas. Passou a leitura, de forma resumida do projeto de lei, de sua autoria com o Vereador Marcelo da Silveira. Falou também da falta de segurança para os usuários com deficiência. Disse que são várias questões que os preocupam como vereadores, legisladores e fiscalizadores. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. O Presidente da Audiência Pública passou a palavra para o Vereador **Marcelo da Silveira**, que saudou a todos da Mesa, a todos os rodoviários que estão presentes e a todos que assistem a Audiência pela TV CÂMARA. Disse que conhece o que é ser rodoviário, pois viveu 27 (vinte e sete) anos sentado numa roleta de ônibus e, através disso criou meus filhos e formou sua minha família, ganhando três salários mínimos como cobrador, enquanto o motorista ganhava cinco. Falou, entristecido, sobre a possibilidade de acabar com essa função de cobrador, afirmando seu orgulho em ter usado o uniforme de cobrador. Ressaltou a necessidade de ter os dois profissionais, motorista e cobrador, porque, muitas vezes, o elevador para os deficientes não funciona, mas mesmo assim o motorista realiza a parada para o deficiente, que necessita daquele coletivo. Falou que o motorista sozinho, isto é, sem o cobrador junto para auxiliá-lo, ele não consegue colocar o deficiente no ônibus, informação esta, recebida através de reclamações e denúncias. Afirmou que o problema com o elevador é uma questão de todas as empresas. Disse que os elevadores não funcionam na subida, mas isso não pode impedir a pessoa com deficiência de utilizar o transporte público, independente se é subida ou descida. Ressaltou que diante da ausência do cobrador, o motorista tem que sair da direção, "manetar" o carro, puxar o freio de mão numa ladeira para poder colocar uma pessoa com deficiência no do ônibus. Falou da responsabilidade do motorista nestes casos, da segurança dos passageiros independente da sua deficiência e dos empregos. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Os Vereadores Antônio Brito e Silmar Fortes postergaram o momento de suas falas. Dessa forma, foi passada a palavra para representante do SETRANSPETRO, Senhora **Carla Rivetti** que saudou a todos presentes, Vereadores, Presidente do Sindicato dos rodoviários, Presidente da



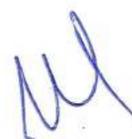
CPTRANS, todos os rodoviários que estão compondo aqui a plateia e demais colegas. Afirmou estar à disposição para responder qualquer questionamento a respeito de dupla função ou da função de cobrador. Disse, de imediato, que os motoristas em Petrópolis são absolutamente capacitados para conduzir o veículo, com os equipamentos que nele existem, fazer e realizar qualquer tipo de manobra com segurança sem o auxílio de qualquer outra pessoa, não apenas do cobrador. Falou da dificuldade enfrentada muito em Petrópolis no que se refere a falta de mobilidade em algumas regiões, por falta de conscientização da própria população, que realiza estacionamentos irregulares em viradouros, o que provoca uma dificuldade de manobra. Ressaltou que a capacidade dos motoristas em Petrópolis é muito alta, diante da topografia absolutamente íngreme existente na cidade e isso. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento, neste momento. Passou a palavra para Dra. **Maria Angélica**, representante da OAB, que saudou a todos os presentes e agradeceu a oportunidade, se sentindo honrada de estar neste Audiência Pública representando a OAB, por ser advogada trabalhista. Afirmou saber o que os rodoviários passam na categoria, porque faz ações pelo reclamante. Disse achar muito importante que o assunto, fazendo um analogia sobre distração no trânsito como quando alguém pega um celular dirigindo e distraímos sua atenção, sendo o mesmo caso do motorista que também será responsável pelo troco do pagamento da passagem ou no auxílio para um deficiente entrar. Ressaltou que, na sua opinião, a atenção tem que ser total na direção. Não entrou no mérito da capacidade, porque afirmou saber que isso todos têm, considerando o fato de lidar com os rodoviários há 25 anos. Disse que aquela noite já era uma vitória para os rodoviários e que Petrópolis tem pessoas honrada que lutam pela classe. Por fim, se colocou sempre à disposição, agradeceu o convite e em poder participar pela OAB e encerrou seu pronunciamento. Passou a palavra o Presidente do Sindicato dos rodoviários Senhor **Edson**, mais conhecido como Edinho, que saudou todos presentes, Mesa e rodoviários. Iniciou sua fala dirigindo-se a Senhora Carla Riveti, afirmando que cobrador é cobrador, motorista é motorista, cada um na sua função. Ressaltou que a dupla função já está proibida em alguns municípios do nosso estado como Rio de Janeiro, Macaé, grandes cidades do país como Belo Horizonte, Curitiba, Vitória e Vila Velha. Prosseguiu dizendo que o acúmulo de funções gera tensão profissional e demanda muito de habilidades simultâneas, ampliando a possibilidade de acidentes e causando risco à segurança dos passageiros do trânsito em



geral, uma vez que ao mesmo tempo em que dirige, o motorista libera a roleta, atende aos que pagam a passagem em dinheiro, confere a identidade de quem tem direito a gratuidade, vigia a porta traseira, presta contas aos fiscais, aciona o elevador para os passageiros cadeirantes, deve cuidar para que nenhuma pessoa entre pela porta traseira ou pule a catraca, viajando, assim, sem pagar a passagem. Disse que em locais de parada o motorista deve prestar atenção em ambas as portas do ônibus para não prender ninguém na porta e evitar que pessoas subam sem pagar ou, ainda, deixar sair todos aqueles usuários que assim desejarem. Falou que a dupla função do trabalhador como motorista e cobrador, coloca em perigo de vida, pois apesar de dizerem que o motorista só pode colocar o ônibus em movimento após dar o troco, por exemplo, na prática não ocorre dessa forma, visto que tem que o cumprir horário de percurso imposto pela empresa de ônibus. Acrescentou que a condução do veículo já exige toda atenção do motorista, que ainda tem que enfrentar trânsito em ruas esburacadas em Petrópolis, devido o relevo da cidade, sem mencionar falta de civilidade no trânsito. Afirmou que, na prática, a dupla função torna a via pública mais insegura, ferindo o que dispõe o art.6º do Código de Transito Brasileiro e que o Poder Público deve zelar pela proteção de todos os usuários de transporte coletivo e seus cidadãos. Antes de finalizar sua fala, deixou meu pedido a essa Casa, que analise a questão da empregabilidade e da segurança diária dos nossos passageiros. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Passou a palavra para o Presidente da CPTRANS, **Jairo da Cunha**, que saudou a todos na Casa. Afirmou o compromisso que tem em buscar o melhor transporte público possível pelo menor preço tarifário durante este período que estamos a frente da CPTrans. Disse que espera desta audiência um debate democrático, em busca da decisão mais justa, tanto para aquele que paga quanto para o rodoviário, com um sistema de transporte público mais eficiente possível. Passou a palavra para o Vereador **Fred Procópio**, que saudou a todos do plenário e todos os integrantes da Mesa. Esclareceu que já fez alguns questionamentos na reunião ocorrida nesta Casa com Senhora Carla e os demais integrantes da do Setranspetro. Corroborou com as palavras do Presidente da CPTrans, esperando que algumas questões sejam esclarecidas, porque existe um projeto de lei para ser votado e é preciso votar com segurança, tanto para os rodoviários, quanto para os municipais. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Com a palavra o Vereador **Justino do RX** que saudou a todos os presentes e aos que assistem o canal 98

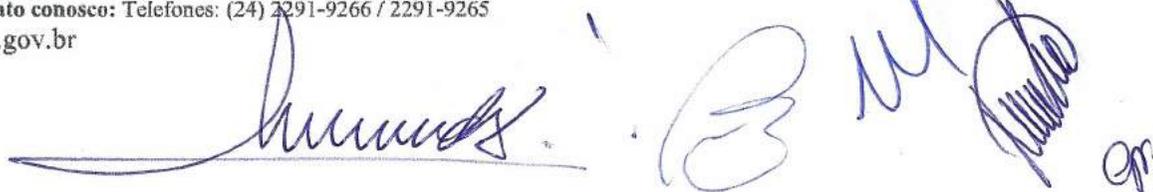


(noventa e oito). Fez uma síntese dos pronunciamentos anteriores dos integrantes da Mesa. Falou da sua experiência enquanto morador da comunidade Frágoso. Disse que *as vezes para no portão de sua casa e observa o movimento dos coletivos*. Afirmou ser humanamente impossível, numa cidade íngreme, de declive o motorista atuar sozinho, pois é muito perigoso parar um ônibus, puxar um freio de mão e ir lá ajudar a colocar uma cadeira de rodas, quando, as vezes, o elevador não funciona. Concordou com a fala da Senhora Carla Rivetti que os rodoviários são muito capazes. Porém, não concordou que, nestes casos a dupla função aconteça, porque estará colocando em risco a vida dos outros passageiros. Ressaltou sua posição pela necessidade de um ajudante, tendo que ter o cobrador sim. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Passou a palavra para o Vereador **Silmar Fortes**, que saudou a todos os presente e instituições aqui representadas. Disse que gostaria de aprofundar o debate. Afirmou não ser a favor da dupla função. Ressaltou a importância do emprego e da segurança. Relembrou que estava como Vereador nesta Casa em 2014/2015, quando foi votada votamos a Lei nº 7.243. Disse que, por isso, precisa de informação, para ter clareza no momento da votação. Falou querer votar a favor da população, pois esse é o meu papel aqui na Casa e na população, está incluída os cobradores. Ainda é preciso que se tenha ter clareza do processo. Disse que na última reunião ocorrida foi colocado que se por algum momento não tiver a dupla função, a passagem vai aumentar. Falou que mora no Bonfim e lá tem o micro-ônibus que vai no Vale das Flores e vai na Pedro Paixão. Questionou se esse micro-ônibus, também tem acessibilidade. Questionou se todos os micro-ônibus têm acessibilidade. Disse que para iniciar o diálogo esses eram seus apontamentos. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Passou a palavra para o Vereador **Antônio Brito**, que saudou a todos colegas Vereadores, as representações das empresas dos rodoviários e demais presentes. Disse que gostaria de trazer uma reflexão sobre a questão do fim da dupla função e o acarretamento ao aumento das passagens. Afirmou que quando for se tratar de aumento de passagem os Vereadores não têm mais participação, assim como aconteceu com o último reajuste, pois a questão fica entre o Conselho e o Executivo. Disse que aqui é a Casa onde se recebe as demandas, aonde se recebe o povo, também com as suas insatisfações, em todas as categorias e, inclusive, do transporte. Porém, na hora principal desta discussão, o aumento da passagem, a Casa não tem esta gerência. Afirmou também ser contra a dupla função. Observou que em

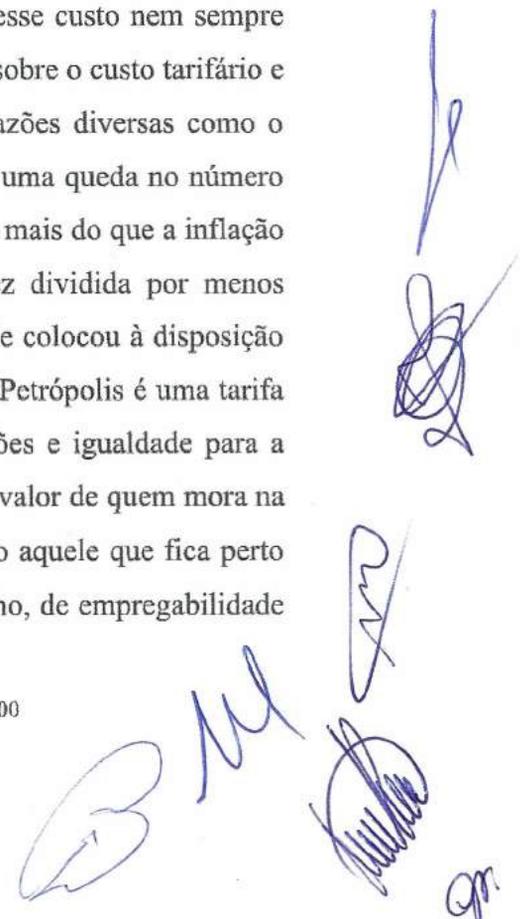
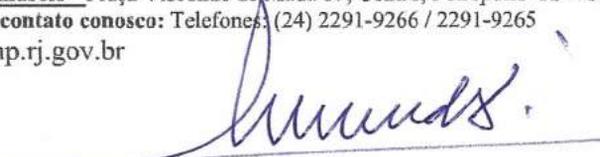


algumas cidades, inclusive a capital, já proibiu isso, alegando que teve um certo empenho e interesse do Executivo no assunto. Disse que quando o próprio órgão *concedente a autorizar as empresas a trabalharem no município quer fazer com que as coisas andem em conformidade com apelo dos rodoviários e da população, é melhor.* Citou como exemplo o projeto de lei aprovado no Rio de Janeiro que o Prefeito sancionou e foi questionado na justiça. Sugeriu que, em uma próxima vez, tenha um representante direto do Prefeito, pois além da questão técnica, que compete a cada secretaria e seu respectivo Secretário, o representante do Prefeito e, se possível, em alguma que o Prefeito esteja. Afirmou que tem que haver o interesse e o envolvimento por parte do Executivo. Ressaltou que a Câmara irá dialogar sobre o assunto, no entanto, poderá acontecer igual o que aconteceu com as charretes, ocasião na qual cobraram da Câmara sobre uma situação que não era de competência da Casa e o Legislativo teve que tomar uma atitude, que foi o plebiscito. Esclarece que para a questão das charretes coube plebiscito. Questionou, o que é que cabe aqui para os rodoviários? Disse que projeto do Vereador Leandro deve ser considerado e que a questão deve ser mais aprofundada. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. O Presidente da Audiência Pública, Vereador **Maurinho Branco** convidou para compor a Mesa o advogado do Sindicato dos Rodoviários, Dr. João Fabri. Ainda com a palavra, afirmou que abriria, inicialmente, para os questionamentos dos integrantes da Mesa e, após, para atendimento das perguntas dos para os rodoviários e demais presentes no Plenário. Em resposta ao Vereador Silmar e ao Presidente do Sindicato dos Rodoviários, Senhor Edinho, a Senhora **Carla Rivetti** disse ter a plena consciência de que a grande parte das coisas que irá falar aqui, de forma muito sincera, não vai soar de forma simpática. Todavia, esclareceu ser o seu papel. Afirmou sua necessidade de levar informação pra todo mundo e que todas as informações tratadas nesse momento são baseadas em fatos. Acrescentou que tudo o que não souber responder, se compromete em anotar e levar para cada uma das operadoras os questionamentos para posterior atendimento. Disse que as empresas e o Setranspetro, aqui representado, todas as empresas, não concordam que a ausência do cobrador em uma determinada linha gere mais risco para os motoristas que conduzem o ônibus. Falou da questão da capacidade dos profissionais, dos motoristas, que são altamente capacitados pra conduzir o veículo sem a presença do cobrador Disse que acidentes acontecem, porque trabalha-se com

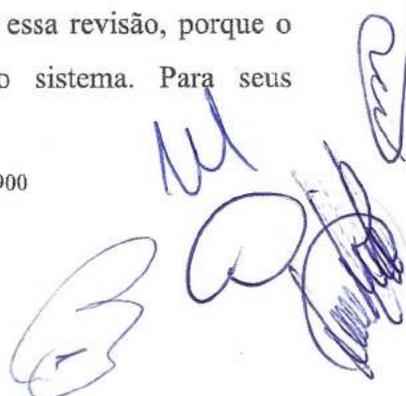
deslocamento, com ônibus, com mobilidade, com transporte. Afirmou que nunca a presença do cobrador impediu que um acidente acontecesse. Citou a fala da Dra. Angélica, concordando que uso o celular na direção é inadmissível, por isso, inclusive, é previsto como é multa no Código de Trânsito Brasileiro. Entende que os rodoviários das empresas do Setranspetro não devem fazer isso em nenhum veículo, visto que existe monitoramento das empresas para coibir e advertir isso. Disse que esta situação é diferente de receber a passagem em dinheiro, porque eles recebem também devida orientação de pararem o veículo para receber. essa passagem. Registrou que 70% (setenta por cento) das transações que acontecem dentro do ônibus já acontece por meio de cartões, sendo uma minoria as pessoas que usam o dinheiro para pagamento das passagens. Ainda em sua fala, respondendo ao Vereador Silmar, afirmou que toda frota de Petrópolis já está adaptada para pessoas com deficiência inclusive os micro-ônibus. Informou, no entanto, que existem problemas de funcionamento, mas não por falta de manutenção das empresas e sim por uma falha de projeção. Explicou que encarregadora destes veículos que circulam em todo o Brasil, produzem o equipamento pra circular em pisos em perfeito estado, em ruas que não são tão íngremes e isso não acontece no nosso dia a dia. Alegou que essas engrenagens são muito sensíveis à operação cotidiana. Acrescenta que quem é rodoviário sabe disso e, por isso, às vezes o elevador funciona e deixa de funcionar por qualquer motivo, porque emperrou, porque algum cliente jogou uma garrafa pet, que acaba caindo numa canaleta, emperrando a utilização do elevador, sendo outro dado importante que a população tenha conhecimento. Ainda sobre esse assunto, afirmou que, infelizmente, por ser um elevador é preciso um nível plano para o seu funcionamento, não sendo possível sua plena utilização em ladeiras. Lamentou o fato de ser impossível que um elevador desça num ângulo que não seja reto, portanto, o elevador não funciona em ladeira, impossível. Ainda em seu pronunciamento, a respeito da fala do Presidente do Sindicato dos Rodoviários, afirmou ter a certeza que o motorista é motorista, cobrador é cobrador. Informou que nos últimos anos, 112 (cento e doze) profissionais cobradores tiveram a intenção de se formar em outras funções nas empresas e se transformaram em motoristas, foram para os setores administrativos e setores de manutenção. Declara sua opinião no sentido de que o Sindicato dos Rodoviários junto com o Setranspetro também, desenvolva, um plano de carreira mais efetivo, para que estes profissionais que hoje atuam como cobrador possam ter



aspiração de uma profissão e possam até ser melhor bem remunerado, inclusive. Reiterou estar à disposição e, entendendo que atendeu os questionamentos apresentados até o momento, encerrou sua fala. Após, o Vereador **Marcelo da Silveira** se pronunciou reiterando a importância do cobrador é para a segurança, relatando inúmeras situações em que o cobrador auxilia o motorista da segurança do coletivo, por mais preparado que seja o motorista. Alegou que na planilha de aumento da passagem já consta a despesa do cobrador, por isso não seria motivo de ocorrer o aumento da passagem e não seria motivo de para acabar com essa profissão. Disse que o aumento de passagem deveria passar dentro desta Casa. Concordou com o Vereador Pastor Antônio Brito quanto a necessidade de um representante direto do Prefeito, de dentro do Gabinete do Prefeito ou o próprio Prefeito. Falou novamente da importância do cobrador para segurança e para auxiliar o motorista dentro do ônibus. Relatou sua experiência enquanto rodoviário, alegando que, muitas vezes, é comunicado ao chefe da garagem que o carro está com determinado problema e a resposta é para "ir tocando", permanecendo o carro em circulação. Falou que quanto a empregabilidade é que mais falta no Brasil e na nossa cidade de Petrópolis. Concedida a palavra Senhora **Carla Rivetti** acrescentou que, hoje só não existe o cobrador nos ônibus do tipo micro e nos executivos. Todas as demais linhas de carro convencional (padrão) tem cobrador, as empresas de transporte estão cumprindo a legislação vigente e, inclusive, uma liminar, uma decisão judicial. Quanto a fala do Vereador Marcelo sobre a questão do preço da tarifa afirmou que, infelizmente, a tarifa aumenta com base no custo do sistema e esse custo nem sempre acompanha apenas o custo da inflação, fazendo uma explanação sobre o custo tarifário e citando exemplos. Disse que ao longo dos últimos anos, por razões diversas como o comportamento social, de qualidade e mobilidade, tem ocorrido uma queda no número dos passageiros do transporte público. Então, essa conta aumenta mais do que a inflação em vários insumos e em vários componentes, sendo cada vez dividida por menos pessoas. É dessa maneira que a gente chega ao custo da tarifa. Se colocou à disposição para detalhar o assunto para toda a população. Explicou que em Petrópolis é uma tarifa única, é uma tarifa social, que é para gerar as mesmas condições e igualdade para a população. Por isso, quem mora no Alto da Serra paga o mesmo valor de quem mora na Posse, por exemplo, atendendo a ideia da tarifa social, igualando aquele que fica perto ou longe do seu destino para dar as mesmas condições de trabalho, de empregabilidade



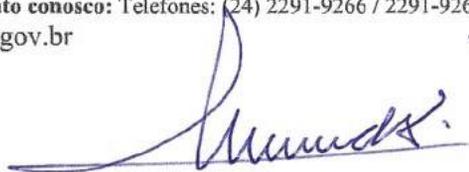
e de outros direitos e necessidades das pessoas. Disse que sobre a questão da manutenção dos ônibus, que não está diretamente ligada à questão da segurança operacional, é preciso investigar essas denúncias que o Vereador relatou. Alegou existir um trabalho que é feito 24h por dia para manutenção dos veículos. Para seus questionamentos, com a palavra Vereador **Professor Leandro Azevedo** fez um retrospecto dos aumentos da passagem em 2017 e 2018. Afirmou que a passagem na cidade de Petrópolis é uma das mais caras. Alegou que o cobrador só é promovido quando alguém é demitido. Disse que a OS (Ordem de Serviço) dentro das empresas, são negligenciadas pelo sistema, fazendo com que os ônibus saiam sem a devida correção na manutenção. Falou que transporte público paga também pela falta de interesse em melhorias, atualmente, em decorrência de outras opções de transportes como Uber, táxi, a moto, bicicleta, carro e skate. Disse que nos casos demissões a culpa recai sempre sobre o rodoviário, nunca sobre OS que não foi realizada como deveria, pela falta de manutenção. Afirmou que, em que pese isso não tenha relação direta com a dupla função, isso também é segurança do rodoviário e da população. Concluiu que muitas coisas precisam ser revistas nesse sistema todo de dupla função, para não prejudicar ainda mais os rodoviários e os usuários, apresentando uma relação de 18 (dezoito) linhas que foram substituídos por micro-ônibus, pois pode operar somente com o motorista. Agradeceu e encerrou. Para resposta, a Senhora **Carla Rivetti** disse que quando a tarifa foi calculada foram considerados todos os cobradores que atuam com ônibus do tipo padrão e convencional, sendo 628 (seiscentos e vinte e oito) cobradores. Afirmou que qualquer tipo de impacto de retorno de cobrador, por exemplo, se os veículos do tipo micro-ônibus e os executivos tivessem que ter cobrador, a primeira dificuldade seria a adaptação para esse posto num veículo tipo executivo, por exemplo, que nunca nem teve essa cadeira do cobrador, além da diminuição de espaço para passageiros. Quanto a tarifa esclareceu que, hoje, se o sistema de transporte ao invés de estimular o crescimento profissional de outros cobradores, isto é, incentivando prêmios, gratificações, auxílios, melhorarias de remuneração do motorista que também cobra, tivesse que efetuar a contratação de cobradores, a passagem sofreria um impacto de 0,11 centavos de aumento imediato, a título de revisão. Disse que, certamente, as empresas iriam apresentar esse cálculo para o governo e pedir essa revisão, porque o aumento da folha de pagamento é o principal custo do sistema. Para seus



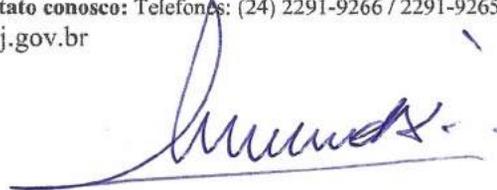
questionamentos, com o Senhor **Edinho**, Presidente do Sindicato perguntou a Senhora Carla, se o Setranspetro está ciente das covardias feitas pelas empresas Cidade Real Turb com os funcionários. Explicou que existem casos em que o ônibus não tem cobrador e o motorista não vê passageiros que entram e saem sem pagar passagem. A empresa detecta isso pela filmagem interna do coletivo e desconta as passagens do motorista. Isso se deve a falta de cobrador. Solicitou uma reunião para tratar sobre isso. Se entrou cinco lá atrás, desceu sem pagar o cobrador paga as cinco e leva três dias de ganho. Isso é inadmissível. Isso não pode acontecer, Carla. Isso aí é falta do cobrador. Nós temos que fazer uma reunião sobre isso. Em resposta a Senhora **Carla Rivetti** disse não saber se entender deu direito a pergunta e questionou "é, passageiro que quer fraudar, é isso?" e "que essas empresas estão descontando, veem isso na filmagem e fazem com que o rodoviário pague pelo passageiro que entrou fraudando?". Falou que levará isso para conhecimento das empresas e apurará essas reclamações. Afirmou, categoricamente, que se os carros sem cobradores estão sendo alvos dessa fraude isso também deverá ser averiguado e que os profissionais rodoviários são os grandes auxiliares no combate a fraude no transporte. O Presidente da Audiência Pública, Vereador **Maurinho Branco**, ainda dentro deste assunto, alertou que os rodoviários que estão, eventualmente, sendo cobrados por estas passagens não pagas, devem requer a filmagem na empresa e ir à delegacia registrar um ocorrência também como forma de proteção, com auxílio do Sindicato. Dando andamento, com a palavra o Vereador **Fred Procópio** questionou o fundamento legal para empresa descontar do funcionário por um ato ilícito cometido por um terceiro, direcionando a pergunta ao Dr. João, advogado do Sindicato dos Rodoviários. Falou que veio a Audiência com duas preocupação básicas. Uma referente a alegação do Setranspetro que mais cobradores aumenta a passagem, uma questão matemática e lógica. Sendo assim, fez sua pergunta: se tiver menos cobradores a passagem diminui? A outra questão, partindo do princípio que esse problema não é de hoje, isto é, do governo atual, disse ter verificado na planilha apresentada pelo Setranspetro os gastos com combustível. Propôs a seguinte reflexão: se tivesse menos trânsito, gastaria menos combustível, a tarifa seria menor. Se tivesse menos buraco na cidade, gastaria menos amortecedor e pneus, a tarifa também seria menor. Falou que sua proposição nesta Audiência não é estar do lado A ou lado B, mas sim pensar em uma solução que abranja mais rodoviários empregados com uma

tarifa menor. Como fazer isso? Voltou a questão do elevador, dizendo que, de fato, o elevador não tem como funcionar na ladeira, mas tem como fazer um ponto de ônibus com acessibilidade para a parada do ônibus com elevador. Afirmou que isso é competência do Poder Executivo. Disse que é preciso questionar o Poder Executivo, cobrando a adequação dos pontos de ônibus que precisam ser adaptados. Falou que a discussão vai muito além de quem representa as empresas e quem representa os rodoviários, a discussão tem que passar pelo Município, pois muitas coisas são atribuição e de competência deste. Sugeriu que os Vereadores Marcelo e Professor Leandro Azevedo, se colocando a disposição para auxiliar, pensem em uma solução conjunta e isso não fique só na retórica. Afirmou que é preciso encontrar a solução para o emprego dos rodoviários sem que a passagem aumente, a fim de evitar que a tarifa de Petrópolis se torne a mais cara do país, haja vista também as inúmeras gratuidades no Município. Ressaltou que o Município é o Poder Concedente do serviço e precisa entrar nessa discussão. Questionou onde está o Município? Alertou que a Câmara terá que votar uma lei que ou é contra os rodoviários ou aumenta a tarifa de quem paga a passagem. Questionou, novamente, e o Município? Disse que é preciso solucionar a questão sem que isso passe por ter mais ou menos rodoviários, pois isso é uma covardia. Sendo mais claro, questionou: qual a solução para minimizar a tarifa sem mandar cobrador embora? É investimento em mobilidade urbano? Isso enseja em uma emenda no orçamento? A Casa precisa se debruçar nisso em busca de soluções que sejam efetivas e possíveis. Com a palavra o Presidente da CPTrans, o Sr. **Jairo da Cunha** iniciou sua falanda tentando explicar os motivos que levaram Petrópolis a ter uma passagem muito cara para quem paga e muito barata para quem recebe. Explicou o cenário da cidade, atualmente, com 300 (trezentos) mil habitantes, com 200 (duzentas) linhas e 385 (trezentos e oitenta e cinco) ônibus. Fez comparações com outros municípios, que possuem realidades totalmente diferentes da Petrópolis, que possui um quadro de 700 (setecentos) habitantes para cada ônibus e isso, obviamente, impacta no preço da passagem. Esclareceu que quem paga a passagem é o empregado, ou o patrão que pensa se vai contratar o que mora longe ou perto, isto é, aquele que paga mais ou menos passagem. Isso porque 35% dos passageiros são gratuidades. Informou que não há nenhum subsídio por parte do Município. Disse que criam-se leis que dão gratuidades sem fonte de custeio e o resultado disso é o aumento da passagem para o

usuário pagante. Falou que a CPTrans tem buscado excelência no sistema de transporte, preço barato, conforto, mas como fazer isso com essa tarifa e a demanda caindo? Respondendo ao Vereador Fred Procópio, a solução é otimizar o sistema de transporte público, tanto para o Poder Público quanto para população, e explicou a forma como isso se adequaria as questões de mobilidade urbana. Disse que Petrópolis tem a segunda maior frota do estado, por isso é preciso privilegiar o transporte público. Ressaltou que quando se fala em aumentar o estacionamento rotativo muitos são contra e isso vai de confronto as políticas de mobilidade urbana, quando a ideia seria aumentar o rotativo e a diferença do custo ser remanejado para subsidiar de alguma forma o transporte público. Lamentou que a possibilidade de desemprego e, por isso, afirmou que é impossível discutir o transporte público de forma superficial. Acrescentou que não basta só o Município pensar em política de mobilidade urbana, essas são questões também estaduais e federais. Enquanto Presidente da CPTrans, disse que o usuário pagante é o fim último da Companhia, com um transporte público de qualidade o mais barato possível. Em resposta a pergunta do Vereador Fred Procópio, a Senhora **Carla Rivetti** disse que, com toda certeza, menos cobrador tem menos impacto no custo da folha e, certamente, onera menos a tarifa, considerando ser um cálculo matemático. Concordeu com o posicionamento do Presidente da CPTrans, buscando soluções na mobilidade para redução de custos operacionais do sistema de transporte. Ressaltou que a otimização impacta em todos os clientes, o externo e o interno, melhora as condições de trabalho dos rodoviários e diminui o custo da passagem, beneficiando os usuários pagantes. Lamentou aos rodoviários presente caso alguma injustiça tenha sido praticada com relação a cobrança indevida por fraude de passageiros e reafirmou que os rodoviários são imprescindíveis para o combate a fraude no transporte. Disse que os rodoviários sabem disse e auxiliam nesse combate. Conforme solicitado, com a palavra o Vereador **Professor Leandro Azevedo** esclareceu que hoje o principal é o assunto do fim da dupla função. Disse isso porque nada irá pagar a hora que alguém morrer pela dupla função, quando se fala de segurança. Afirmou que o que ficou detectado, mais uma vez, foi que o Poder Público precisa se fazer presente, o que passou e o atual. A CPTrans teve no último ano um dos maiores índices de fiscalização em aplicação de multas. Indagou, quantas foram pagas? De 300.000 (trezentos mil) multas, R\$ 800,00 (oitocentos reais), porque as empresas recorreram judicialmente. Questionou, onde



vamos parar com esse mecanismo todo? Disse que quem sofre são os usuários e os rodoviários com a falta de segurança. Conforme solicitado, com a palavra o Vereador **Marcelo da Silveira** relatou que há alguns anos a CPTrans tinha uma van para transporte das pessoas com deficiência em tratamento e se dirigia próximo a residência dessas pessoas. Disse que hoje a Secretaria de Saúde também não tem mais esse serviço para fornecer. Afirmou que o direito de ir e vir é para todo, não importa se você tem um deficiência ou não. Falou que o Legislativo não pode elaborar projetos de lei que criem custos e a acessibilidade inclui custos, portanto, como o Executivo precisa realizar essas adaptações, ainda mais pelo relevo de Petrópolis. Ressaltou que as empresas ao renovar a frota podem trazer coletivos que tenham elevadores capazes de atender a realidade da nossa cidade. Disse faltar falta de sensibilidade com as causas de acessibilidade por parte do Executivo e das empresas de ônibus. Acrescentou que quem não pode pagar por isso é o rodoviário, os idosos, os deficientes. Reiterou que a falta do cobrador é enorme para segurança de todos. O Presidente da Audiência Pública, Vereador **Maurinho Branco** indagou se na plenária alguém gostaria de fazer perguntas e informou que o microfone será levado até os interessados após a pergunta que será feita pelo Vereador Justino do RX. Passou a palavra para o Vereador **Justino do RX** que perguntou a Senhora Carla Rivetti, ressaltando que, em parte, o Presidente da CPTrans já respondeu, se as empresas têm uma estatística se o número de usuários aumentou, diminuiu ou permanece da mesma forma? Em resposta a Senhora **Carla Rivetti** informou que em Petrópolis a realidade, lamentavelmente, é mesma que vem acontecendo em todo Brasil: uma queda no número de passageiros pagantes. Até outubro desse ano a queda está em torno de 6% de passageiros pagantes. Então hoje o custo do sistema está dividido entre cada vez menos pessoas. Relatou que inúmeros são os fatores, dentre eles, a crise financeira no país como um todo, migração para outros meios de locomoção e transporte. Ressaltou que, infelizmente, no cálculo da próxima tarifa são menos pessoas dividindo essa conta. Por isso, a necessidade de buscar outras fontes de financiamento, que não seja somente o usuário pagante, ou reduzir cada vez mais os custos. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** passou a palavra para o primeiro inscrito pela Plenária, o Senhor **Luis Ferreira**, que ajudou a todos. Afirmou ser Vice Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Petrópolis. Ressaltou seu desejo de que todos os vereadores estivessem presentes, pois não adianta

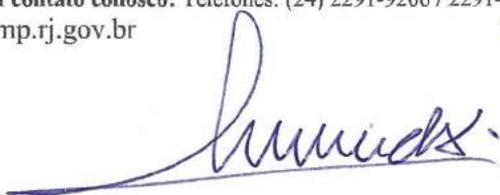


só alguns estarem aqui para resolver um problema que não é só do empregado, é da sociedade. Pediu mais respeito com o povo petropolitano. Perguntou, direcionado para Senhora Carla Rivetti, *será que botando a maioria dos cobradores na rua nós vamos ter paz na cidade? Será que amanhã nós não vamos ser assaltados pelo próprio que já foi rodoviário?* Disse ser um caso a se pensar, pois com as demissões, questionou, como irão fazer os pais de família? Disse ter sido demito e da dificuldade arrumar emprego em outras empresas de transporte coletivo. Falou que não acha justo demitir os cobradores. Afirmou ter uma média 1500 (mil e quinhentos) cobradores em todas as empresas sendo demitidos. Indagou como ocorrerá a realocação de todas essas pessoas? O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** agradeceu a participação e solicitou o próximo inscrito para pergunta. Passou a palavra para o Senhor **Renato** que disse também trabalhar no Sindicato, na parte administrativa. sabemos que a cidade tem uma topografia ruim, como já foi falado aqui. Perguntou: como o motorista vai fazer para descer o cadeirante sozinho dentro de um micro ônibus que não tem elevador, já que a rampa não funciona e ele está sozinho dentro do ônibus. Como funcionaria hoje? Como ele conseguiu descer essa pessoa que não consegue se locomover sozinha? O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** agradeceu a participação e solicitou o próximo inscrito para pergunta. Com a palavra o Senhor **Rodrigo**, que saudou a todos os presentes. Alegou que gostaria de responder a Senhora Carla e disse: "quando você diz que o motorista profissional é totalmente capacitado para fazer as manobras em nossa cidade sem o auxílio do cobrador, eu afirmo como profissional do transporte público, motorista, que é mentira. Disse que os demais rodoviários presentes poderiam confirmar isso. Afirmou ser impossível em determinadas linhas da nossa cidade de fazer, por isso existe sim a necessidade do cobrador de está auxiliando o motorista. Afirmou sobre a questão da acessibilidade que o motorista abandona a direção do ônibus para poder colocar um cadeirante dentro do ônibus. Alertou que não se sabe o tipo de pessoa que está dentro daquele coletivo e do que essa pessoa é capaz de fazer. Perguntou, também, ao Presidente da CPTRANS, o Jairo, a respeito da negligência da CPTRANS em relação a alguns coletivos em que está sendo negligenciada a Lei Municipal. Afirmou ter um veículo da Turb da linha direta que está operando sem cobrador e dois coletivos da viação Cascatinha que faz o Atilho Marote, com capacidade superior a 40 passageiros, infringindo a Lei Municipal. Disse que o

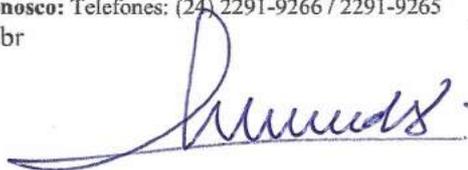
Presidente da CPTrans citou que de 2001 a 2012 aumentou o óleo diesel em 200% e que a Turb ganhou o processo de licitação em 2011, por isso, quando a Turb ganhou o processo de licitação sabia das receitas que iria ter. Informou que nessas receitas estavam embutidas o cobrador e todas as linhas da antiga Autobus tinham cobrador, somente uma que não, a linha Retiro das Pedras. Falou que de 2011 para cá, a Turb já tirou cobrador de 17 (dezesete) linhas ou 18 (dezoito) linhas. Questionou se a defasagem em relação as receitas alegada terá que ser paga pelo cobrador? Não existe outra maneira de se resolver isso? Agradeceu e encerrou. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** agradeceu a participação e solicitou o próximo inscrito para pergunta. Passou a palavra para o Senhor **Gerson**, que se identificou como cidadão usuário do sistema de transporte. Perguntou para o Presidente do Sindicato dos Rodoviários e para o Presidente da CPTRANS, se quando as empresas, a Turb e a viação Expresso ganharam a licitação para explorar linhas sabiam da existência do cobrador na cidade? Perguntou, também, se com a entrada dessas novas empresas aumentou ou se reduziu o número de carros nas linha? Agradeceu e encerrou. Por favor, gostaria que os senhores me respondessem. Muito obrigado. Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** agradeceu a participação e passou a palavra para Senhora Carla Rivetti para resposta aos questionamentos direcionados a ela. Senhora Em resposta, a Sra. **Carla Rivetti** disse ao Senhor Ferreira que são 628 cobradores empregados hoje no sistema. Informou que muitos cobradores gostariam e têm aspirações de se desenvolverem como outros profissionais, também para terem um aumento de salário. Afirmou que a ideia do nosso sistema é qualificar e que dentro das empresas de ônibus têm uma escola de formação de motoristas. Respondeu ao Senhor Renato que, infelizmente, as empresas não conseguem dar conta da carência de acessibilidade que existe nas vias públicas. Disse que rodoviário não pode ser o único responsável por transportar um cadeirante numa via que não tem qualquer acessibilidade para ele. Afirmou a necessidade de que se promova uma reflexão que envolva o Poder Público e também a própria população na questão de conscientização. Falou sobre as colocações e o ponto de vista do Senhor Rodrigo, o terceiro inscrito que se manifestou, sobre a questão de segurança de manobra enquanto profissional. Disse desconhecer que existem várias regiões em que o motorista não consegue realizar manobra sozinho e se isso acontecer é preciso que seja revisto até para ajustar

equipamento. Encerrou, entendendo ter respondido todas as perguntas. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** passou a palavra para o Presidente da CPTrans, Senhor **Jairo da Cunha**, que respondeu para o Rodrigo e o Gerson, quanto a questão da negligência, da multa ou do ônibus que tem que andar com o cobrador e não está andando, é preciso que se façam as denúncias. Disse que quando a CPTrans detecta que algo está sendo descumprido, por exemplo, ônibus sem cobrador em desacordo com a legislação, a empresa é multada. Informou que em 2016 (dois mil e dezesseis) foram aplicadas 1.000 (mil) multas, já em 2018 (dois mil e dezoito), até o presente momento, foram aplicadas 1950 (mil novecentos e cinquenta) multas para os operadores, como ato de fiscalização. Quanto à questão do micro-ônibus no Atílio Maroti, afirmou que, de acordo com a legislação municipal vigente, o ônibus do Atílio Maroti é um "micrão", sendo considerado como micro-ônibus, podendo operar sem o cobrador. Sobre a pergunta da existência de ônibus suficientes nas linhas operadas pela empresa Turb. Explicou que na licitação que foi feita para o corredor, por exemplo, que foi mencionado, a operadora que saiu na época operava com 30 (trinta) ou 28 (vinte e oito), 30 (trinta), podendo até atuar no horário de pico com 32 (trinta e dois) na linha 700 (setecentos). Acrescentou que o edital que foi feito para a contratação da empresa previu 21 (vinte e um) ônibus, na verdade 20 (vinte) ônibus, estando com 23 (vinte e três) coletivos em operação. Esclareceu que o problema se iniciou na previsão do edital da licitação que para cumprir aquele custo que se tinha não ia conseguir fazer pela tarifa dos 28 (vinte e oito) ônibus. Por isso, afirmou que é preciso se pensar nisso, porque somente com o início da operação a empresa verificou a dificuldade de se operar com menos de 28 (vinte e oito) ônibus, divergindo do edital. Indagou se deixou de atender alguma pergunta. Nesse momento, o Senhor **Gerson** perguntou se quando a empresa participou do processo de licitação ela tinha conhecimento de que existia a presença do cobrador, de que era obrigatória? O Presidente da CPTrans respondeu que sim. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** questionou se algum integrante da Mesa gostaria de fazer mais perguntas. O Vereador **Marcelo da Silveira** solicitou a palavra e disse que o problema da acessibilidade em nossa cidade, ela esbarra muito no IPHAN. Esclareceu que o projeto de lei que será votado versa sobre o fim da dupla função do motorista. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** passou a palavra para o Senhor **Edson**, Presidente do Sindicato dos Rodoviários, que disse que

iria fugir um pouco do tema hoje para falar o que está acontecendo. Relatou que em 2017 os rodoviários fizeram a paralisação em Petrópolis, requerendo nossos direitos e reajustes e conseguiram os 7% (sete por cento), mas perdemos muitas coisas. Afirmou que desde então está tendo uma perseguição incrível a 3 (três) funcionários que participaram daquela greve. Disse que isso está irritando os funcionários e o Sindicato. Informou que são os rodoviários Henrique Laranja, Gabú e Siqueira e eles não conseguem emprego em lugar nenhum diante da perseguição covarde dos empresários de Petrópolis. Agradeceu e encerrou. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** agradeceu essas informações trazidas pelo Sr. Edson, pois tinha conhecimento e disse que irá ver como podem ajudar. Continuou agradecendo a presença de todos os integrantes da Mesa e de todos vocês que estiveram com presentes na Audiência Pública. Pela ordem, o Vereador **Fred Procópio** disse que a deveriam sair da Audiência com algum encaminhamento de trabalho. Questionou se a CPTras vai mandar algum relatório sobre os ônibus para análise e fiscalização? Informou da necessidade do encaminhamento de um relatório para acompanhar, por exemplo, de três em três meses ou de quatro em quatro meses para quando chegar alguma denúncia ou alguma coisa neste sentido. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco** informou que a Comissão de Transportes desta Casa encaminhará um ofício à CPTrans solicitando estes dados. Passou a palavra ao Vereador **Professor Leandro Azevedo** para suas considerações finais, que agradeceu a oportunidade e a disponibilidade da ideia de ter a audiência antes de trazer a Lei para esta Casa e a todos os presentes pelo diálogo de respeito e os esclarecimentos prestados por todos. Em suas considerações finais o Vereador **Marcelo da Silveira** agradeceu e parabenizou a todos. Disse que a luta é pelo fim da dupla função e que isso será o melhor para todos. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco**, agradeceu e informou, com alegria, a manifestação de uma telespectadora, Senhora **Luciana**, através de contato telefônico, que acompanhava de sua residência pela TV Câmara e gostaria de fazer uma pergunta para Senhora Carla Rivetti. Agradeceu a imensamente a participação e passou a palavra para o Diretor de Comunicação **Luciano do Carmo** para que reproduzisse o questionamento da Senhora **Luciana**. Disse que a telespectador ligou e se posicionou como uma ex-rodoviária do sistema. Falou que, segundo ela, existe hoje uma prestação de contas, por parte dos rodoviários e que não há uma pessoa na empresa esperando para receber o valor da

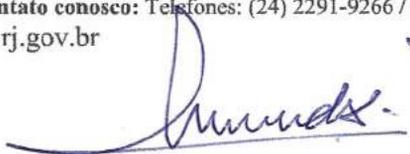


diária, do movimento dia. Disse que ela relatou que aconteceram muitos problemas por essa questão, com relação aos descontos, pois os valores não batiam com o valor computado na roleta. Por isso, a telespectadora pediu uma posição do Setranspetro. Questionou se o Setranspetro tem informações e se já recebeu denúncias neste sentido? Passou a palavra para a Senhora **Carla Rivetti** que disse também se sentir honrada de estar podendo levar informação pra todo mundo, inclusive, para quem está assistindo de casa também. Informou não ter, naquele momento, essa informação. Pediu desculpas para Luciana e perguntou se a telespectadora deixou algum tipo de contato para que a apurar seu questionamento e dar esta devida informação para ela. Acrescentou que : tem muito acesso ao sistema e não entra muito nos detalhes do dia a dia operacional da empresa, por isso, vai precisar apurar para poder informar a esta telespectadora. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco**, agradeceu e disse que é preciso valorizar quem está nos assistindo em casa. Passou o endereço de email para que a Senhora Luciana encaminhe novamente sua pergunta para melhor atendimento, se assim for seu desejo. Retornou a palavra para Senhora **Carla Rivetti** para suas considerações finais, que agradeceu, mais uma vez, a educação utilizada em todas as colocações, considerando o teor polêmico do assunto e a tolerância em ouvir os argumentos e as respostas apresentadas. Acrescentou que o Setranspetro está à disposição para qualquer outra informação adicional, inclusive com contato direto também com o Sindicato dos Rodoviários. Em suas considerações finais Dra. **Maria Angélica** agradeceu e se colocou à disposição para passar todas as informações que tem através de reclamações trabalhistas e decisões judiciais, inclusive, sobre o relato da telespectadora Luciana. Disse achar que todas as linhas têm a necessidade da presença do cobrador. Falou que é preciso agir com a segurança, ter emprego e chegar à uma situação boa para Petrópolis. A Senhora **Carla Rivetti** solicitou a palavra e diz que para não deixar inteiramente a Luciana sem resposta, realizou uma apuração em tempo real, em respeito a telespectadora, afinal de contas, foi a primeira vez que houve essa manifestação, informou sobre a existência de um cofre inteligente que gera uma prestação de contas *on-line* e o colaborador acompanha esse controle dos depósitos. Acrescentou que irá aprofundar essa questão posteriormente. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco**, em razão do debate pacífico realizado nesta noite, atendeu ao pedido do Rodrigo para se manifestar novamente, em que pese o avançar do horário a

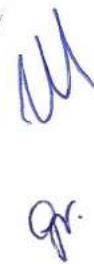


ser cumprido. Passou a palavra para o Senhor **Rodrigo**, que direcionou sua pergunta a Senhora Carla Rivetti, solicitando que ela intercedesse pelo amigo Caíque. Informou que *carteira dele está assinada como cobrador de ônibus e ele exercia a função de manobreiro na Turb*. Relatou que o Caíque saiu com o veículo para buscar os funcionários, às 3:00h da madrugada e colidiu de frente com um caminhão. Acrescentou que ele foi conduzido ao hospital e que ninguém da empresa o procurou para saber como ele estava no dia do acidente, somente depois. Disse que ele ficou pelo INSS pouco mais de um mês por conta do acidente. Porém, o benefício dele não foi concedido por acidente do trabalho e sim por doença normal. Contou que quando ele e retornou a empresa, hoje, recebeu uma carta de justa causa. Disse que essa informação é também para Senhora Carla Rivetti ter ideia como o trabalhador é tratado dentro da empresa. Após, realizou mais uma pergunta para o Presidente da CPTrans - perguntou como são analisadas as planilhas de custo apresentadas pelas empresas COMUTRAN para se discutir o reajuste da passagem. Disse que a sociedade civil não sabe como funciona isso. Questionou se existe uma porcentagem específica para realizar o pagamento dos cobradores e isso que foi contestado na planilha não está embutido o salário de todos os cobradores em todas as linhas. Indagou se esses cobradores não foram retirados depois que essa planilha foi apresentada? Agradeceu e encerrou. Com a palavra a Senhora **Carla Rivetti** disse que se compromete a levar o caso do Caíque para uma apuração mais profunda e dar um retorno para ele e para o Rodrigo, também, que fez essa a colocação de forma solidária por ele. Em suas considerações finais o Vereador **Silmar Fortes** disse ficar entusiasmado quando a Casa faz um debate democrático, dando voz a todos. Tivemos aqui Vereadores, representante do empresariado, Sindicatos. Ressaltou sua preocupação diante da colocação do Presidente da CPTrans sobre as 1950 (mil novecentos e cinquenta) multas aplicadas, afirmando que é serviço público prestado por concessão do Poder Executivo, o Poder Concedente, que concede para que seja realizado de acordo com as leis. Disse estar na Audiência para hoje aprender mais sobre esse processo, ter aprendido e que assim irá votar a Lei com tranquilidade. Afirmou que o objetivo é priorizar o transporte público transporte de qualidade. Falou que fica preocupado também com a informação trazida sobre a licitação no troncal e a alteração de quantidade de ônibus que não está atendendo a demanda. Acrescentou que a Câmara junto ao COMUTRAN e Comissão de Transportes da Casa irão trabalhar para dar as

respostas para a população. Agradeceu e encerrou. Com a palavra o Presidente da CPTrans **Jairo da Cunha** para prestar os esclarecimentos solicitados, informou que na linha 700 (setecentos) estão operando 23 (vinte e três) carros. Pediu ao Senhor Alexandre, Chefe da Divisão de Transportes Públicos respondesse a pergunta do Senhor Rodrigo sobre a planilha. Passou a palavra para o Senhor **Alexandre**, que saudou a todos. Informou que o cobrador é um item calculado pela CPTRANS como os demais itens. Disse que todos os itens que compõem o custo tarifário são controlados pela Companhia e aqueles que não são controlados, são calculados pela Companhia, por exemplo, a mão de obra tanto motorista como do cobrador, por meio da metodologia de cálculo. Explicou que existe um modelo matemático que define esse total de mão de obra, que é calculado totalmente pela Companhia. Disse que, com relação ao COMUTRAN, os operadores provocam a CPTRANS a título da necessidade de revisão tarifária, e com base nestes dados e nas informações apuradas pela Companhia ao longo daqueles 12 meses, é refeito o cálculo. Falou que a CPTRANS faz o cálculo oficial do Poder Público, que é confrontado com o cálculo que apresentado pelos operadores, e assim é definido qual o melhor valor de tarifa pelo COMUTRAN. Esclareceu que, normalmente, é seguido o cálculo da Companhia por serem os dados oficiais. Retornou a palavra ao Presidente da CPTrans **Jairo da Cunha**, que em suas considerações finais parabenizou os vereadores pelo alto nível da audiência e os cobradores pelo comportamento democrática sobre um tema que os afeta diretamente. Falou da importância de se avançar sempre nesse processo democrático. Disse que CPTRANS está aberta, não só para os vereadores, mas para todo cidadão, cobradores e todos os funcionários, com qualquer informação que queiram. Concluiu dizendo ter certeza essa Câmara, com sabedoria, vai saber decidir a melhor forma de se conduzir essa discussão de dupla jornada. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Passou a palavra para o Vereador **Fred Procópio**, que em suas considerações finais, agradeceu a todos pelos questionamentos e esclarecimentos. Solicitou que a Casa continue nessa discussão, por ser um assunto complexo demais para tratarmos em uma noite, em duas, três horas. Disse ter adquirido maturidade, para poder tratar da questão de uma forma responsável, mensurando o impacto de cada decisão que irá tomar na Casa, porque qualquer decisão tomada aqui, impacta na vida de 300 mil pessoas. Concluiu que espera a melhor solução possível para os rodoviários e para a população. Em suas considerações finais, o

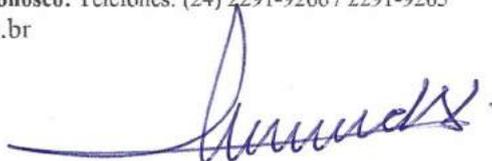







Presidente do Sindicato, Senhor **Edson** agradeceu a presença de todos. Ressaltou que de 15 (quinze) vereadores, apenas 6 (seis) apareceram para audiência. Disse sair daqui com *uma esperança, que o cobrador tem família, filhos para criar e é preciso pensar nisso.* Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Passou a palavra para o Dr. **João**, advogado do Sindicato dos Rodoviários, que saudou a todos, pediu desculpa pelo atraso, explicando o motivo. Parabenizou todos da Câmara de Vereadores e outros presentes aqui pelo debate na audiência. Ressaltou sua preocupação que a solução seja acabar com os rodoviários cobradores e sobrecarregar outros companheiros rodoviários, motoristas e também não resolver o problema de companheiros como o Caíque, como a Luciana, e como tantos outros que estão lá na Justiça do Trabalho, todos os dias. Disse que debate de hoje deve ser o começo e se estender, não só para a questão da dupla função, mas para todas as outras questões que afetam os rodoviários. Esclareceu que não só rodoviários, mas também o passageiro, o pedestre que também é prejudicado com as decisões que estamos tomando. Agradeceu e finalizou. Em suas considerações finais o Vereador **Justino do RX** parabenizou a todos presente. Falou que foi uma das audiências mais tranquilas ocorridas na Casa e que o debate cresce quando há esse comportamento maduro, mesmo sabendo que é uma situação muito crítica. Disse que luta pelo emprego. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. O Presidente da Audiência, Vereador **Maurinho Branco**, em suas considerações finais, agradeceu a todos os presentes. Ressaltou que a Comissão de Transporte dessa Casa, presidida por ele, está à disposição de todos os rodoviários. Enfatizou a importância do tema tratada nesta noite para nossa cidade. Esclareceu que não só a questão da dupla função, como a questão da mobilidade urbana. Reiterou que encaminhará ofício para a CPTRANS com as perguntas colocadas durante a audiência que, eventualmente, não tenham sido esclarecidas, incluindo os relatórios dos ônibus para análise, acompanhamento e fiscalização. Agradeceu, novamente, a presença de todos, até pela avançada hora. Disse que a audiência Pública de hoje teve como objetivo do diálogo sobre o tema de dupla função no transporte coletivo municipal, os seus impactos e reflexos. Afirmou que independente do entendimento que cada Vereador irá formar, e conseqüentemente, esta Casa Legislativa, haverá conseqüências. Por isso, espera que todos os esclarecimentos necessários tenham sido prestados, a fim de que se chegue a conclusão satisfatória, diante das circunstâncias existentes, equilibrando os anseios dos rodoviários, a

necessidade de toda a população e a segurança de todos. Agradeceu a presença de todos e encerrou seu pronunciamento. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, a Audiência Pública foi encerrada às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos.



Neira